

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ**

**RAFAEL HENRIQUE BRITO JACOBUCCI**

**REVISÃO CRÍTICA SOBRE O “MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO (1969-  
1973)**

**Ribeirão Preto**

**2023**

**RAFAEL HENRIQUE BRITO JACOBUCCI**

**REVISÃO CRÍTICA SOBRE O “MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO (1969-  
1973)**

Trabalho de conclusão de curso de História  
do Centro Universitário Barão de Mauá  
para obtenção do título de licenciado.

Orientador: Me Yuri Araujo Carvalho

**Ribeirão Preto**

**2023**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

J18r

Jacobucci, Rafael Henrique Brito

Revisão crítica sobre o “milagre econômico” brasileiro (1969-1973)/  
Rafael Henrique Brito Jacobucci - Ribeirão Preto, 2023.

33p.il

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão  
de Mauá

Orientador: Me. Yuri Araujo Carvalho

1. Economia 2. Ditadura civil-militar 3. Brasil I. Carvalho, Yuri Araujo II. Título

CDU

94(81)

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB<sup>8</sup> 9878

**RAFAEL HENRIQUE BRITO JACOBUCCI**

**REVISÃO CRÍTICA SOBRE O “MILAGRE ECONÔMICO” BRASILEIRO (1969-  
1973)**

Trabalho de conclusão de curso de História  
do Centro Universitário Barão de Mauá  
para obtenção do título de licenciado.

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Me. Yuri Araujo Carvalho  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

---

Me. Rodrigo de Andrade Calsani  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

---

Me. William Kleyton Costa  
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto**

**2023**

Dedico este trabalho a toda sociedade  
brasileira.

## AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente ao meu orientador Yuri Araujo Carvalho, por todo o apoio intelectual, pelo tempo, pelas orientações e por toda a preocupação com o trabalho a ser realizado.

Estendo os meus agradecimentos a todos os meus professores da graduação, em especial Rodrigo Calsani, Rafael Cardoso e Ricardo Scatena por sempre estarem bem-humorados e mostrarem toda a empatia que esta profissão pode proporcionar.

Agradeço aos meus familiares por todo o apoio emocional e estímulo para a efetuação dessa monografia. Gostaria de ressaltar as pessoas mais importantes para mim neste momento; minha mãe, Jaciara Tavares; minha irmã, Natália Jacobucci e minha namorada, Ana Carolina Lopes.

Agradeço imensamente aos meus amigos e futuros companheiros de profissão que conheci na universidade, excepcionalmente, Hugo Lousada, Thales Sposito, Pedro Alão e João Pedro Festuccia por todas as risadas, conversas aconchegantes, incentivos para concluirmos o curso e pela amizade que se criou durante a graduação.

Gostaria de agradecer, também, aos meus fiéis amigos Leonardo Ceci e Gabriel Benneti que sempre se mantiveram otimistas, constantemente diminuindo as minhas preocupações com a monografia, tornando, assim, a caminhada mais leve. Por fim, mas não menos importante, minha família inteira que sempre me apoiaram na escolha e na continuação do curso, tenho como inspiração a minha tia, Deise dos Santos por me ensinar o gosto pela História, pelo conhecimento e pela leitura.

Meus sinceros agradecimentos a todos os envolvidos na produção deste trabalho acadêmico.

“Apesar de você, amanhã há de ser outro  
dia”  
**(Chico Buarque)**

## RESUMO

A presente monografia tem por objeto a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), com o foco na análise das contradições do chamado “milagre econômico”, ocorrido entre 1969 e 1973. Serão contrastados os benefícios e os malefícios do milagre para a classe trabalhadora; diante disso, o trabalho se justifica por amalgamar informações relevantes para a compreensão de tais paradoxos e por toda a latência do tema da pesquisa junto à sociedade brasileira. Por fim, utiliza-se de uma grade de teóricos com bases mais voltadas às pesquisas qualitativas e quantitativas do período supracitado, valendo-nos, também, pelas discussões atinentes aos âmbitos do trabalho e dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** economia; ditadura civil-militar; Brasil.



## **ABSTRACT**

The present monograph focuses on the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), with a specific emphasis on analyzing the contradictions of the so-called "economic miracle" that took place between 1969 and 1973. It will contrast the benefits and drawbacks of this economic miracle for the working class. In light of this, the work is justified in amalgamating relevant information to understand these paradoxes and the overall significance of this research topic within Brazilian society. Finally, it draws on a framework of theorists with a foundation in both qualitative and quantitative research related to the aforementioned period, also delving into discussions related to labor and the workforce.

**Keywords:** economy; civil-military dictatorship; Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1 – Distribuição das forças produtivas no Brasil (1960)</b>	<b>15</b>
<b>Figura 2 – Variações do PIB no Brasil (1964-80)</b>	<b>25</b>
<b>Figura 3 – Evolução do salário mínimo brasileiro, em cruzeiros (1959-76)</b>	<b>27</b>
<b>Figura 4 – Concentração de renda no Brasil (1960-76)</b>	<b>29</b>

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 BRASIL: DO PRÉ-GOLPE AO “MILAGRE ECONÔMICO”.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1 O pré-golpe.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 Governos de Jânio Quadros e João Goulart .....</b>	<b>15</b>
<b>2.3 O golpe civil-militar e a ascensão socioeconômica de Castelo Branco.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 Costa e Silva: as bases do “Milagre”.....</b>	<b>21</b>
<b>3 AS CONTRADIÇÕES DO CHAMADO “MILAGRE ECONÔMICO” .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 As dimensões “positivas do milagre econômico”.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 O “lado oculto” do “milagre econômico” .....</b>	<b>26</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) passaram a acusar [...] cinco generais do Alto Comando do Exército de não apoiarem os pedidos de golpe das Forças Armadas para impedir a posse do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

[...] o comandante Freire Gomes mandou o chefe do Centro de Comunicação do Exército [...] escrever um comunicado para todos os militares da Força. “Nos últimos dias, têm sido observadas postagens em aplicativos de mensagens com alusões mentirosas e mal-intencionadas a respeito de integrantes do Alto Comando do Exército”, começa o documento, intitulado “esclarecimento no público interno”.

“Tais publicações têm se caracterizado pela maliciosa e criminosa tentativa de atingir a honra pessoal de militares [...], bem como de macular a coesão inabalável do Exército de Caxias”, completa.

[...] “O Exército [...] permanece coeso e unido, [...], tendo na Hierarquia e na Disciplina de seus integrantes o amalgama que o torna respeitado pelo Povo Brasileiro, seu fiador”, conclui.

Os atos antidemocráticos em frente aos quartéis-generais têm sido entendidos no Exército como uma insatisfação legítima com um pedido ilegítimo. [...] o consenso na cúpula do Exército é que o pedido de intervenção militar ou federal não será atendido por representar um golpe à democracia. Para os generais, apesar dos cartazes pedindo golpe militar, os manifestantes não querem uma intervenção, e sim que o Legislativo use sua função [...] para conter [...] excessos cometidos pelo Judiciário.

[...] o Exército decidiu e comunicou [...] que não vai interferir nos atos.

A Força entende que a manifestação é permitida pela Constituição e não cabe ao Exército definir o que democrático ou não (FEITOZA, 2022).

A reportagem em questão é de 17 de novembro de 2022, e em 8 de janeiro de 2023 tivemos ataques em Brasília. É possível notar que a história é feita pelos atos de cada indivíduo, atos estes que são guiados por ideologias variadas. Esta monografia busca trazer pontos de reflexão sobre o que, de fato, é falado no senso comum.

O tema da ditadura civil-militar brasileira é latente. É comum ocorrerem debates sobre o que foi, como foi e como deveria ter sido. É de suma importância reafirmar proposições que defendam a liberdade e a democracia, temas que são discutidos diariamente na política brasileira. De tal modo, escolhemos o tema pautado no regime civil-militar brasileiro de 1964-1985, com foco no chamado “milagre econômico” que ocorreu entre 1969-1973.

Apesar de já existirem diversas pesquisas sobre esse tema, tornando-o amplamente discutido nos ambientes acadêmicos, a presente monografia tem por objetivo trazer mais uma contribuição e revisar dados, às vezes, esquecidos pelo público leigo. Além disso, o tema da história econômica do Brasil sempre está em pauta na sociedade, sobretudo em alusão ao supracitado “milagre econômico”. Para

o autor, o trabalho também se faz importante devido à sua proximidade com militares existentes em sua família, sendo o tema presente desde o início de sua infância.

Na gênese desta pesquisa, elaboramos a hipótese segundo a qual desvelaríamos alguns pontos negativos e muitos pontos positivos sobre a economia do regime. Supostamente, o senso comum diz que, de fato, houve um “milagre” e como tal, salvou o Brasil – o que foi, dentro dos limites do presente texto, desmistificado durante a realização das pesquisas e da escrita dessa monografia.

Para contemplar de forma abrangente a temática econômica aludida, buscamos dialogar com autores que avaliam tais questões, sem deixar de lado o caráter social e internacional do período. Dito isso, o autor que mais se encaixou na proposta foi o renomado historiador José Paulo Netto, além de Maria Helena Moreira Alves, Marcos Napolitano e Carlos Fico.

Com o auxílio de tais intelectuais, elaboramos um quadro teórico-conceitual voltado para o escrutínio do conceito de “milagre econômico”. Para Netto, tal milagre se exprime da seguinte forma:

Nesse “milagre”, nada existiu de misterioso ou enigmático. [...] o crescimento econômico era uma requisição para a construção de um Estado militarmente forte — não estava em jogo o atendimento das necessidades básicas da população, [...] o empenho dos condutores do regime com o desenvolvimento das forças produtivas, enquadrado no marco de relações capitalistas de produção e com vigorosa intervenção estatal (NETTO, 2014, p. 130).

Alves complementa dizendo:

Os efeitos do “milagre” entre o resto da população foram muito diversos, não significando maior legitimidade para o Estado [...]. É evidente, [...] que os ganhos de produtividade daqueles anos não se refletiram nos salários dos trabalhadores. [...] as diretrizes salariais do governo estabelecessem [...] que o aumento da produtividade do trabalho fosse incluído no cálculo do índice de reajuste salarial, isto não foi feito durante todo o período do “milagre econômico”. [...] o índice antecipado de inflação (outro elemento para o cálculo dos aumentos) era permanentemente mantido bem abaixo da taxa real da inflação. Esses dois fatores levaram a novas reduções nos salários reais dos trabalhadores (ALVES, 1989, p. 150).

Quanto à metodologia instrumentalizada ao longo da monografia, destacamos esforços qualitativos voltados à revisão bibliográfica sobre o período ditatorial brasileiro, por meio da congruência de pensamentos oriundos dos autores já citados. Tal metodologia, de acordo com Antônio Carlos Gil, “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44).

Além disso, tangenciamos a mobilização de metodologias quantitativas voltadas à análise de dados macroeconômicos do recorte temporal selecionado, de modo a criarmos um panorama material a partir de números fornecidos por tabelas.

Em síntese, o objetivo geral deste trabalho consiste em amalgamar informações relevantes sobre o “milagre econômico” brasileiro, de modo a contrastar suas benesses (vangloriadas pelo próprio regime) e seus malefícios (já esmiuçados pela historiografia). Para tanto, a presente monografia divide-se em dois capítulos.

No primeiro capítulo, elaboramos uma contextualização antes da chegada dos militares ao poder (com atenção aos governos de JK, Quadros e Jango), o golpe empresarial-militar de 1964 e suas consequências imediatas, a estabilização do governo (em Castelo Branco e Costa e Silva) e as bases do chamado “milagre econômico”, em Médici. No segundo capítulo, focamos na análise dos dados macroeconômicos e nas discussões propostas pelos autores supracitados, mobilizando-os de modo a destacar as contradições socioeconômicas deflagradas pela atuação dos militares e de seus tecnocratas. Desejamos a todos uma boa leitura!

## **2 BRASIL: DO PRÉ-GOLPE AO “MILAGRE ECONÔMICO”**

Este capítulo tem por objetivo central trazer um panorama sobre a situação política, econômica e social no Brasil antes da tomada do poder pelos militares em 1964, assim como o golpe em si e os primeiros governos instaurados (com o enfoque na parte econômica). Encerraremos o capítulo com apontamentos sobre a economia brasileira, os quais serão desvelados no capítulo posterior, com o chamado “milagre econômico brasileiro”.

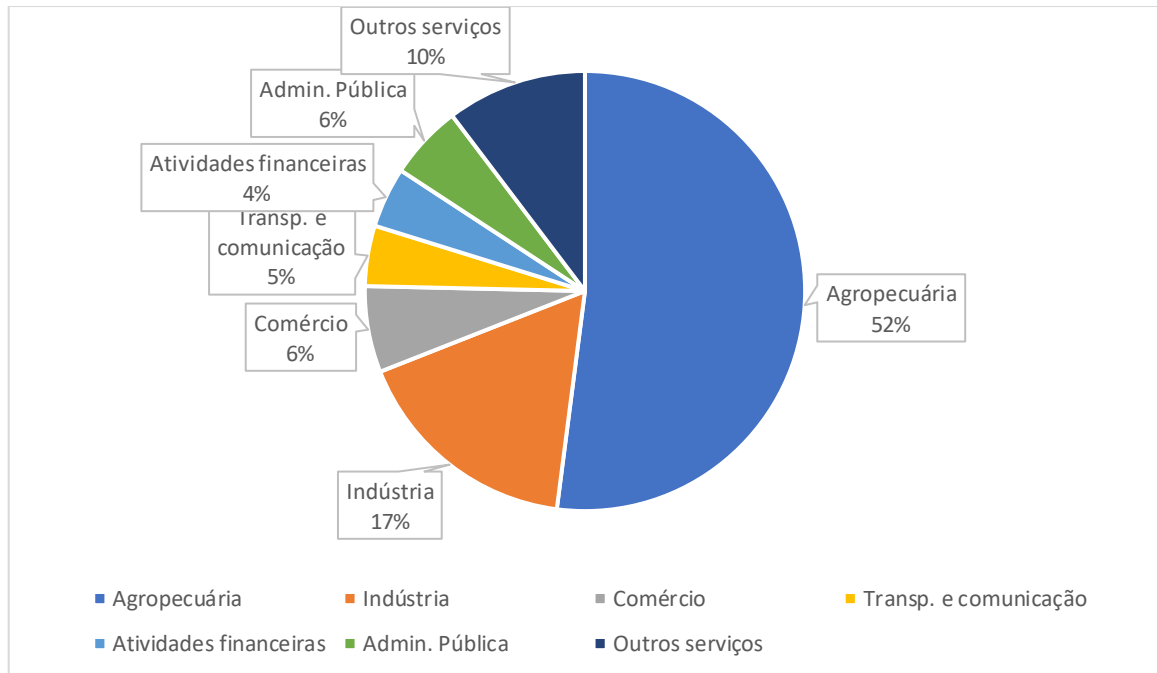
### **2.1 O pré-golpe**

Com a paz após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o Brasil tomou o rumo da industrialização e avançou com força em novos campos econômicos. Tal retorno se deu na segunda metade da década 1950, com o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), no qual a renda total do setor industrial superou o setor da agropecuária (NETTO, 2014). Ainda de acordo com José Paulo Netto, pontua-se que o Plano de Metas de JK favoreceu o ingresso de capitais estrangeiros na indústria pesada brasileira, ocasionando o aumento da participação industrial no PIB, de 20% para 29% naquele decênio (NETTO, 2014).

Segundo a dissertação de Márcia Campos, “[...] o período que vai de 1956 a 1961 se tornou notável pelo vultoso crescimento econômico ocorrido no país, crescimento este pautado principalmente no desenvolvimento industrial engendrado por tal Plano” (CAMPOS, 2007, p. 13), validando, assim, a perspectiva desenvolvimentista de Kubitschek.

No fim do governo de Juscelino, em 1960, houve a eleição para presidente, vice-presidente, para renovação parcial do Congresso Nacional, alguns governadores e suas respectivas assembleias legislativas. Entretanto, a constituição vigente de 1946, pós-Vargas, impunha, no quesito eleitoral, restrições quanto a quem poderia votar; uma dessas restrições era a completa alfabetização do indivíduo. No fim das contas, a eleição de 1960 contou com 12,5 milhões de pessoas, numa população total de mais de 70 milhões de habitantes (NETTO, 2014). O que resulta em apenas 17,89% da população com pleno direito ao voto.

Ainda de acordo com as pesquisas desenvolvidas por Netto, a configuração econômica brasileira no final da década de 1960 encontrava-se da seguinte maneira:

**Figura 1 – Distribuição das forças produtivas no Brasil (1960)**

Fonte: NETTO, 2014. P. 25, adaptado.

Conforme as informações disponibilizadas pelo gráfico, podemos notar que o Brasil, embora ainda predominantemente estruturado em uma economia de bases agropecuárias, avançava em setores como indústria e serviços. Destacamos o crescimento industrial brasileiro, visto que alguns setores do referido campo tornar-se-iam figuras de proa na conspiração golpista de 1964 e na posterior ocupação tecnocrata de postos-chave do regime militar (DREIFUSS, 1981).

## 2.2 Governos de Jânio Quadros e João Goulart

De acordo com Marcos Napolitano, os anos finais do governo JK foram impactados por conflitos políticos e um quadro econômico que despertava preocupações. Segundo o historiador, o país “não conseguia mais manter as elevadas taxas de crescimento [...]; as finanças públicas estavam desequilibradas, gerando déficits e, conseqüentemente, inflação; e os salários não aumentavam na mesma proporção que o custo de vida” (NAPOLITANO, 2009, p. 7). Com o aumento das tensões sociais e pressões das classes trabalhadoras, emergiu no cenário nacional uma figura salvacionista: Jânio Quadros.



Com carreira política meteórica, Quadros foi eleito presidente nas eleições de 1960, tendo como vice-presidente o estancieiro e ex-ministro varguista João Goulart. Contudo, as esperanças encarnadas no novo mandatário logo ruíram. Conforme Boris Fausto, o governo de Quadros foi desconcertante, pois o novo presidente

[...] ocupou-se de assuntos desproporcionais à importância do cargo que ocupava, como a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galo. No plano das medidas mais sérias, combinou iniciativas simpáticas à esquerda com medidas simpáticas aos conservadores. De algum modo, desagradou assim a ambos. [...] A política externa provocou a oposição dos conservadores, especialmente da maioria da UDN, cujo objetivo de chegar ao poder não se concretizou (FAUSTO, 2006, p. 437-439).

Pressionado pelas mais variadas forças político-econômicas nacionais, Quadros decidiu dar uma “cartada” ousada: em 25 de agosto de 1961, renunciou ao mandato presidencial. Embora as razões de tal escolha sejam relativamente obscuras, Netto acredita que Jânio calculou que as forças conservadoras se reagrupariam em torno de seu nome, diante do perigo de ascensão do vice-presidente João Goulart; contava, portanto, com o apelo das massas à sua volta ao poder e a concessão de novos poderes (NETTO, 2014). Contudo, a avaliação de Jânio Quadros “revelou-se equivocada. Nenhuma manifestação popular reivindicou seu regresso ao governo. O PTB e outros partidos da oposição exigiram o cumprimento da Constituição” (NETTO, 2014, p. 29-30).

Tendo, então, Quadros renunciado à presidência, o próximo a ocupar a posição, de forma legítima, era seu vice-presidente, João Goulart, que estava em uma viagem diplomática na China. Jango, como era apelidado, notabilizou-se como um rico pecuarista gaúcho e personalidade do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), entrando no jogo político por conta do apadrinhamento de Getúlio Vargas, de quem foi Ministro do Trabalho entre 1953-1954 (NETTO, 2014).

Houve, no entanto, uma intensa mobilização política, conforme apontado por Carlos Fico:

João Goulart tornou-se o presidente da República inesperadamente, em função da extravagante renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961, e só pôde assumir após episódios tumultuados, já que ele estava fora do Brasil e os ministros militares [Odílio Dênis, Sílvio Heck, Grün Moss] não o queriam no cargo (FICO, 2008, p. 69).

Havia, no entanto, grupos contrários à tentativa de uma espécie de “golpe branco” por parte das forças militares e reacionárias no Brasil. No Rio Grande do Sul, o então governador Leonel Brizola<sup>1</sup> e o general comandante do III Exército, Machado Lopes, declararam apoio à posse de Jango. Setores populares também vocalizaram campanhas legalistas em prol do cumprimento constitucional (FAUSTO, 2006). Para frear os ânimos, a solução adotada foi a instauração de um regime parlamentarista no Brasil, fazendo com que Goulart assumisse a presidência com poderes esvaziados. Ainda de acordo com Fico, “Goulart passou a lutar pelo retorno do presidencialismo, o que aconteceu no início de 1963” (FICO, 2008, p. 69).

O governo de João Goulart, entre 1961 e 1964, foi marcado por disputas entre setores alinhados às pautas camponesas, estudantis, operárias e sindicais, de um lado, e frações conservadoras e capitalistas multinacionais-associadas, do outro lado (DREIFUSS, 1981; FAUSTO, 2006). Em 1963, Jango conseguiu retomar parte de seus poderes após um plebiscito reinstaurar o presidencialismo no país. Com forças renovadas (mas diante de uma escalada inflacionária, cujo índice anual passou de 26,3% em 1960 para 54,8% em 1962), o presidente mobilizou suas forças para a aprovação do chamado “Plano Trienal” (FAUSTO, 2006). O referido plano baseava-se nos seguintes pontos:

De um modo geral, constatava-se que o País estava em uma situação algo desordenada e em busca de um caminho que lhe assegurasse a solução de seus problemas mais prementes. Surgindo nessas circunstâncias, o Plano Trienal tornou-se alvo de grande interesse e de grandes esperanças e, consistentemente com o quadro geral do País naquela época. [...] o Plano Trienal procurava interpretar as aspirações econômico-sociais mais imediatas da coletividade brasileira, fixando-as como objetivos do Plano (MACEDO, 1975 *apud* LAFER, 1975, p. 53).

O Plano econômico proposto era afirmativo quanto a perspectiva econômica do Estado brasileiro. As medidas econômicas incluíam: aumento do PIB (Produto Interno Bruto), controle da inflação por congelamento de salários e produtos e, também, um caráter interventor na economia, assim como muitas outras descritas no próprio plano (BRASIL, 1962).<sup>2</sup>

Segundo Netto, “tratava-se de um plano que propunha o combate à inflação pela via do controle rígido do déficit público e das emissões, [...] corte nos subsídios,

<sup>1</sup> Para saber mais sobre Leonel Brizola, consultar as obras de Moniz Bandeira.

<sup>2</sup> Para saber mais detalhes sobre as medidas econômicas de João Goulart, consultar: **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/777/15>. Acesso em: 31 maio 2023.

um teto para aumentos salariais e um realinhamento de preços e tarifas” (NETTO, 2014, p. 57). Em suma, esse plano econômico, elaborado por Celso Furtado, não surtiu o efeito esperado na econômica brasileira; pelo contrário, acentuou ainda mais os problemas econômicos existentes (DEPIERI, 2011).

De tal modo, com o Plano Trienal de Furtado já mostrando a sua ineficiência, as múltiplas pressões de setores militares, industriais e políticos levaram Jango a preparar a sua “cartada final” em 1963-1964: as chamadas “reformas de base” (NETTO, 2014). Segundo o próprio Jango, as reformas de base ancoravam-se nos seguintes pontos:

Estaríamos, sim, ameaçando o regime (democrático) se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, que de norte a sul, de leste a oeste levanta o seu grande clamor pelas **reformas de estrutura, sobretudo pela reforma agrária**, que será como complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos, mistificação de uma indústria do anticomunismo, pois tentar levar o povo a se insurgir contra os grandes e luminosos ensinamentos dos últimos Papas que informam notáveis pronunciamentos das mais expressivas figuras do episcopado brasileiro. O inolvidável Papa João XXIII é quem nos ensina que a dignidade da pessoa humana exige normalmente como fundamento natural para a vida, o direito ao uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma **propriedade privada a todos**. É dentro desta autêntica doutrina cristã que o governo brasileiro vem procurando situar a sua política social, particularmente a que diz respeito à nossa **realidade agrária** (GOULART, 1964, grifos nossos).

Nesta parte do discurso de Jango, proferido na Central do Brasil em 13 de março de 1964, percebemos a relevância do tema sobre a reforma agrária e de outras reformas estruturais. As tomadas de decisão de Jango no tocante à política econômica afastaram-no do restante do apoio político que ainda restava junto às chamadas “classes produtoras” (NETTO, 2014).

Em consonância com Netto, a autora Maria Helena Moreira Alves aponta a influência de órgãos golpistas agindo por de trás de diversos meios – inclusive, os de comunicação. Alves confere especial atenção à ESG (Escola Superior de Guerra), fundada em 1949, para quem:

A Escola Superior de Guerra foi fundada em **1949**, com a **assistência** de consultores franceses e **norte-americanos**, para treinar ‘pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional’. [...] os militares brasileiros davam especial atenção à teoria do ‘**ataque indireto**’ por parte da **União Soviética** e à ameaça de guerra subversiva ou revolucionária. [...] a ESG não contava apenas com oficiais militares, mas também com **civis das classes mais altas** em seu quadro

permanente e entre professores convidados, conferencistas e alunos. [...] Entre os principais civis em atividade na ESG antes do golpe estavam **Octávio Gouvea de Bulhões** [Ministro da Fazenda], **Roberto de Oliveira Campos** [Ministro do Planejamento], **Mário Henrique Simonsen** [ministro da Fazenda/Planejamento] e **Antônio Delfim Netto** [Ministro da Fazenda/Planejamento]. Todos eles ocupariam cargos de ministro de Estado (ALVES, 1987, p. 24-25, grifos nossos).

Em consonância com Alves, a autora Maria Celina D'Araujo percebe a importância de entidades variadas, tais como ESG (Escola Superior de Guerra), IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) com apoios e/ou financiamentos militares e privados, além do governo norte-americano<sup>3</sup>, no arranjo golpista. Para diversos especialistas, tais entidades ajudaram a planejar e articular o golpe (ALVES, 1987; D'ARAUJO, 2014; FICO, 2018). De tal modo, é possível perceber a enorme força política dos militares nesse período da história brasileira e, assim, compreender o ponto de “virada de chave” na história: o golpe civil-militar em 1º (primeiro) de abril de 1964 (ALVES, 1987; NETTO, 2014). O maior “Dia da Mentira”, durando 21 anos.

### 2.3 O golpe civil-militar e a ascensão socioeconômica de Castelo Branco

As movimentações golpistas – e conseqüentemente, o golpe – começaram no dia 30/03/1964, terminando exitosas na madrugada do dia 02/04/1964<sup>4</sup>, semanas após o discurso de Goulart na Central do Brasil (NETTO, 2014). De fato, houve resistência<sup>5</sup> diante das conspirações golpistas, embora haja consenso sobre a inércia das Forças Armadas “legalistas” em Brasília e em outros Estados (ALVES 1987; CHAUI, 1989; NETTO, 2014). Para José Paulo Netto, “não são poucos os estudiosos que consideram que uma ação contundente, mesmo que limitada, de setores militares

---

<sup>3</sup> Conforme o historiador Eric Hobsbawm, “como quer que interpretemos as mudanças no Terceiro Mundo e sua gradual decomposição e fissão, em seu todo ele difere do Primeiro Mundo em um aspecto fundamental. Formava uma zona mundial de revolução — recém-realizada, iminente ou possível. O Primeiro Mundo era, de longe, política e socialmente estável quando começara a Guerra Fria global. O que quer que fumegasse sob a superfície do Segundo Mundo, era abafado pela tampa do poder do partido e da potencial intervenção militar soviética. Por outro lado, muito poucos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho, atravessaram o período a partir de 1950 (ou da data de sua fundação) sem revolução; golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução; ou alguma outra forma de conflito armado interno” (HOBSBAWM, 1995, p. 334). Para saber mais sobre Lincoln Gordon, Operação Brother Sam e influências norte-americanas no Brasil, consultar Carlos Fico e Demian Bezerra de Melo.

<sup>4 e 5</sup> Para saber mais sobre as movimentações políticas dos militares e a resistência legalista, consultar: José Paulo Netto, Maria Helena Moreira Alves, Carlos Fico e Marilena de Souza Chauí.

para assegurar a legalidade poderia impedir ou, pelo menos, travar momentaneamente o processo golpista” (NETTO, 2014, p. 68-69).

Para Carlos Fico, a tese do “contragolpe preventivo” ou que havia “um plano comunista obscuro em andamento” é, em suma, a suposição de que Goulart pretendia perpetuar-se no poder em um prazo acima do estabelecido pela Constituição de 1946 (FICO, 2008). O autor descreve que estas elaborações são inconsistentes e anacrônicas, posto que “[...] não há nenhuma evidência empírica de que Goulart planejasse um golpe e todos sabemos que um golpe era planejado contra ele [...]” (FICO, 2008, p. 73). Em entendimento com Fico, Caio Navarro de Toledo comenta que “[...] nem mesmo um simulacro de Plano Cohen foi descoberto (ou forjado) pela dura repressão que se abateu sobre os ‘subversivos’” (TOLEDO, 2004, p. 27-48).

Uma vez assumido o poder pelos conspiradores empresarial-militares, Castelo Branco (cujo governo durou de 1964 a 1967) e os novos tecnocratas promoveram medidas de controle da classe trabalhadora, com destaques para as legislações de controle das greves e regulamentação dos reajustes salariais:

A Lei de Greve (nº 4.330) foi promulgada em 1º de junho de 1964. Emendando a Constituição de 1946, ela definia as condições em que as greves seriam consideradas ilegais [...]. As greves por “melhores condições de trabalho ou salários” eram permitidas, mas submetidas a condições que na prática tornavam-nas virtualmente impossíveis [...]. A política de arrocho salarial foi inaugurada com a Circular nº 10 do Ministério da Fazenda [1964], que fixava a fórmula a ser utilizada no cálculo dos níveis salariais (ALVES, 1987, p. 76-78).

Conforme Netto e outros estudiosos do ciclo ditatorial, é possível conceber tais medidas como instrumentos de maximização da exploração do trabalho, ou seja, meios para realizar “a ‘acumulação predatória’ (isto é: com os capitalistas pagando salários abaixo do valor da força de trabalho). Tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa trabalhadora, em especial a classe operária” (NETTO, 2014, p. 92).

Ainda sob o governo Castelo Branco, a ditadura civil-militar colocou em marcha o chamado PAEG, cujas características foram discutidas por Carlos Fico nos seguintes termos:

Para enfrentar a crise econômica, o governo de Castelo Branco elaborou o “Programa de Ação Econômica do Governo” (PAEG). Conduzido pelos ministros do Planejamento, Roberto Campos, e da Fazenda, Octávio Gouveia de Bulhões, o programa tentou controlar a situação reduzindo os gastos

públicos e contendo os salários, doravante sempre reajustados abaixo da inflação. O PAEG, dentre outras medidas, também procurou ampliar as exportações e melhorar a arrecadação de impostos. Os resultados foram positivos, com a queda da inflação e o crescimento econômico, até porque as severas medidas que eram tomadas não podiam ser contestadas. Outro fato que contribuiu para o sucesso da política econômica foi a colaboração de organizações financeiras internacionais, que emprestavam recursos ao novo governo – afinal, com o golpe, o Brasil alinhava-se, indiscutivelmente, ao bloco ocidental, capitaneado pelos Estados Unidos (FICO, 1998, p. 18).

Os lados mais obscuros do PAEG, contudo, incidiam sobre a “regressividade do financiamento do gasto estatal; centralização do processo decisório no Executivo Federal; privatização e fragmentação” (NETTO, 2014, p. 96) – dimensões as quais sofreriam novas inflexões com os governos de Costa e Silva e, principalmente, Emílio Garrastazu Médici. Conforme Napolitano, com o PAEG, “o bolo da economia cresceria, mas não seria dividido, agravando o fosso entre ricos e pobres, apesar do crescimento da classe média” (NAPOLITANO, 2019, p. 75).

#### **2.4 Costa e Silva: as bases do “Milagre”**

O mandato presidencial de Costa e Silva, vigente entre 1967 e 1969 (encerrado “precocemente” por problemas de saúde do ditador), trouxe à luz a figura do então professor da USP Delfim Netto<sup>6</sup>, que “sempre colaborara com as associações das ‘classes produtoras’ e que então surgia na cena pública nacional, [...] com fortíssimos vínculos com o pensamento e a prática da direita mais extremada” (NETTO, 2014, p. 107). Ainda de acordo com José Paulo Netto, o PAEG, anteriormente implementado por Castelo Branco, conseguiu controlar a inflação (que passou de 27,8% ao ano em 1968, para 20,3% ao ano em 1969) e aumentar o PIB brasileiro (de 4,2% em 1967 para 9,5% em 1969), mantendo, contudo, o arrocho salarial da classe trabalhadora (os custos das rações essenciais, que demandavam

---

<sup>6</sup> O pensamento de Delfim Netto pode ser minimamente contemplado a partir da seguinte citação: “o trabalho de De Negri é de grande interesse, na minha opinião. Vai ter influência. Vai começar a mudar a idéia, no Brasil, que nos dominou nos últimos quinze ou dezesseis anos, de que o Estado tem de cair fora de tudo, que o mercado resolve esses problemas, de que basta equilíbrio fiscal e uma dívida menor do que a atual para ajudar o desenvolvimento. Isso tudo é verdade, mas o maior equívoco é pensar que isso pode ser feito sozinho, antecipadamente, sem que coloquemos o país para crescer de novo. Para isso é preciso combinar dois efeitos, e ninguém vai reduzir a carga tributária do Brasil por um ato de desejo ou um ato político. A atual carga tributária foi construída de maneira trágica durante os últimos doze anos. Estamos esquecidos de que a abertura do governo Collor realmente produziu alguns efeitos muito importantes. Tanto é verdade que, no governo Itamar Franco, em 1993 e 1994, o Brasil já crescia outra vez 5,5% ao ano, com equilíbrio em contas correntes. Isso significava que a taxa de câmbio real estava em equilíbrio. O grande problema era a inflação” (DELFIM NETTO, 2007, p. 45).

cerca de 105 horas de trabalho em 1967, passaram a exigir cerca de 110 horas de trabalho em 1969) (NETTO, 2014). Os prejuízos para a classe trabalhadora e para frações das classes médias passaram a ser mais sensíveis:

Delfim Netto, então, começou a introduzir algumas alterações na orientação macroeconômica: elaborou-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento/PED, para ter vigência entre 1968-1970, e, neste último ano, um “ato complementar” acentuou ainda mais a centralização tributária que propiciou ao Executivo Federal um controle quase absoluto das finanças públicas; com Delfim, cresceu a oferta de crédito ao setor privado e estimulou-se a exportação, mediante minidesvalorizações cambiais; reduziu-se a capacidade ociosa da indústria e se fomentou o crescimento do setor de bens duráveis (para atender a demandas de consumo de segmentos das camadas médias urbanas) — modificações que levariam ao “milagre econômico” dos anos seguintes” (NETTO, 2014, p. 107).

Ao lado de Hélio Beltrão (Ministro do Planejamento), Delfim Netto (alçado à posição de Ministro da Fazenda) promoveu uma política econômica que visava, portanto, “alterar o padrão de consumo das classes médias superiores para promover o crescimento do setor de bens duráveis” (ALVES, 1987, p. 113). Suas medidas foram sintetizadas por Fico da seguinte maneira:

[...] quando o governo estimula o crescimento econômico (emprestando dinheiro às indústrias, por exemplo), acaba por aumentar a inflação. Delfim Netto surpreendeu a todos afirmando que seria possível ter desenvolvimento econômico sem aumento da inflação. Logo depois de sua posse como ministro da Fazenda de Costa e Silva, tomou algumas medidas que caracterizariam sua ação: aumentou a oferta de empréstimos bancários às empresas (para estimulá-las a crescer), criou o Conselho Interministerial de Preços (para evitar aumentos de preços que levassem à inflação) e manteve baixos os salários. Um ano depois, Delfim comemoraria os resultados obtidos: houve, realmente, grande crescimento econômico e a inflação estava sob controle (FICO, 1998, p. 30).

Por sua vez, Jarbas Passarinho (Ministro do Trabalho) procurou “renovar” o então decapitado movimento sindical pós-golpe, perseguindo todas e quaisquer tendências consideradas mais subversivas, cooptando novas lideranças (treinadas de acordo com as demandas ditatoriais), além de valer-se de prerrogativas para intervir e controlar os orçamentos sindicais (NETTO, 2014).

Podemos sintetizar que, durante o curto período governamental de Costa e Silva, o modelo econômico colocado em prática obedecia às tendências “produtivistas”, segundo as quais “um país subdesenvolvido precisa criar as melhores condições possíveis para o investimento, especialmente o estrangeiro, de modo a acumular suficiente capital para promover a ‘arrancada’ do desenvolvimento econômico” (ALVES, 1987, p. 146).

### 3 AS CONTRADIÇÕES DO CHAMADO “MILAGRE ECONÔMICO”

A excelente performance de crescimento da economia brasileira no período 1968-1973, que supera a de qualquer período anterior, suscita indagações sobre as condicionantes não apenas econômicas, mas político-sociais desse surto. O primeiro dos ingredientes faltantes foi um satisfatório grau de estabilidade política (CAMPOS; SIMONSEN, 1975 *apud* ALVES, 1987, p. 147).

As falas de Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen aludem não apenas às dimensões consensuais, mas também coercitivas mobilizadas pelo regime (em especial, durante o governo Médici) para garantir a sustentabilidade e a hegemonia do projeto socioeconômico golpista. Com o abrupto encerramento do governo Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici assumiu a função “presidencial” entre 1969 e 1974, período no qual situa-se o chamado “milagre econômico” brasileiro.

#### 3.1 As dimensões “positivas do milagre econômico”

De acordo com Fico, entre 1969 e 1973 “a produção brasileira aumentou de maneira espetacular e, paralelamente, a inflação diminuiu (uma combinação muito rara em qualquer país do mundo)” (FICO, 1998, p. 29). Parte de tais avanços deveu-se às propostas econômicas “delfimnianas”:

Os resultados esperados por Delfim Netto e sua equipe foram alcançados. A indústria cresceu bastante, especialmente a de automóveis. As grandes fábricas americanas (General Motors, Ford e Chrysler) até então não investiam na fabricação de carros no Brasil porque, desde 1950, o governo somente estimulava a fabricação de carros pequenos e pouco lucrativos. Com o regime militar, passou a ser possível fabricar carros médios. O crédito para compra de automóveis se tornou mais fácil e, com tudo isso, a produção e as vendas aumentaram bastante.

Delfim Netto também obteve outros sucessos. Um deles foi o de conseguir arrecadar mais impostos, especialmente o imposto de renda. Com isso, o governo conseguiu mais dinheiro para investir no crescimento econômico. Outro foi o que os economistas chamaram de superávit comercial, o que acontece quando um país exporta (vende) mais produtos para outras nações do que importa (compra). Com esses sucessos internos, tornou-se fácil para o Brasil obter empréstimos com os quais pagava aquilo que precisava importar, especialmente os equipamentos indispensáveis ao crescimento industrial (FICO, 1998, p. 30-31).

Tal crescimento industrial foi, de certo modo, catalisado pelo chamado I PND (Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento), vigente entre 1972 e 1974, o qual orientou os investimentos estatais para diversas áreas estratégicas, tais como as áreas de “transportes/comunicações e das indústrias de base (siderurgia,



petroquímica, construção naval e produção de energia elétrica)”, sinalizando “para os grupos monopolistas os setores econômicos onde as inversões seriam mais seguras e rentáveis” (NETTO, 2014, p. 151).

Em consonância com Fico e Netto, Alves demonstra que tais investimentos nas áreas estratégicas buscavam dinamizar os setores de bens duráveis, considerados os mais adequados e avançados para a atração de multinacionais e, portanto, para a reconfiguração da posição produtiva brasileira no mercado global. Em síntese, almejava-se que a produção de “bens de consumo duráveis, de automóveis e aparelhos eletrodomésticos, para um mercado interno limitado, mas cada vez mais rico, assegurasse as taxas de rápido crescimento industrial necessárias à ‘arrancada’ econômica” (ALVES, 1987, p. 148). O cálculo para que o crescimento econômico se coadunasse a um mercado interno limitado foi explicado por Napolitano nos seguintes termos:

A princípio, a constituição de um modelo capitalista baseado na concentração de renda poderia apontar para um paradoxo: todo sistema capitalista precisa de mercado consumidor. Em outras palavras, quanto maior o mercado, maior o lucro das empresas, pois elas passam a vender mais. Portanto, seria lógico aumentar a renda dos trabalhadores – a maioria da população – para que eles comprassem mais mercadorias. [...] Mão de obra, barata e abundante, permitia a produção de mercadorias mais baratas que as importadas. Os antigos consumidores (que já compravam produtos duráveis importados), ao lado da nova classe média (gerada pelos novos empregos criados pelas indústrias e serviços que então se instalavam), formavam um mercado consumidor relativamente limitado, mas garantido (NAPOLITANO, 2009, p. 42).

É imperioso destacar que tais prerrogativas econômicas não foram defendidas apenas pelos setores empresarial-tecnocráticos da ditadura civil-militar, mas configuravam-se enquanto projetos já esboçados há longo tempo pela ESG, vinculando-se às noções de “ideologia da segurança nacional”:

Ao tratar da ideologia da segurança nacional, vimos que o crescimento econômico era uma requisição para a construção de um Estado militarmente forte – não estava em jogo o atendimento das necessidades básicas da população [...]. Construiu-se um “modelo econômico” com forte investimento do Estado em setores não lucrativos ou de baixa lucratividade inicial, mas imprescindíveis ao crescimento (energia, estradas, siderurgia, telecomunicações) e garantidores de alta lucratividade para o grande capital, assim como a maior abertura possível do país ao capital estrangeiro (com a inevitável desnacionalização da economia). Um tal “modelo” implicava [...] processos de concentração de renda muito significativos, uma vez que contemplava a criação de um mercado interno dirigido fundamentalmente para os estratos sociais mais altos (a grande burguesia, seus executivos e quadros gerenciais, camadas urbanas altas e segmentos das camadas médias); no caso de um país cuja população se aproximava dos 100 milhões de habitantes, um mercado interno que cobrisse em torno de 15-20% da

população já era algo adequado aos limites desse “modelo” (NETTO, 2014, p. 147).

Embora limitado, tal modelo foi responsável pela consubstanciação do chamado “milagre econômico”, conforme os dados a seguir:

**Figura 2 – Variações do PIB no Brasil (1964-80)**

<b>ANO</b>	<b>VARIAÇÃO DO PIB</b>
1964	2,9%
1965	2,7%
1966	3,8%
1967	4,8%
1968	11,2%
1969	10,0%
1970	8,8%
1971	13,3%
1972	11,7%
1973	14,0%
1974	9,8%
1975	5,6%
1976	9,0%
1977	4,7%
1978	6,0%
1979	6,4%
1980	8,5%

**Fonte:** *The World Bank: Contry Study, Brazil: Human Resources Special Report*, 1979, para os dados referentes a 1964-1977 (1980); Isto É, 31 de dezembro de 1980, p. 67 *apud* ALVES, 1987, p. 145.

É notável o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro a níveis astronômicos, já que em 16 anos o país cresceu, em números brutos, 133,2% cumulativamente. Isso significa que em um período menor que duas décadas, o Brasil mais que dobrou o seu PIB. “O bolo cresceu”, mas a onda de crescimento se deu de forma variável, já que existiu uma discrepância em 1967-1968 com incríveis 6,4%. Ou seja, de um ano para outro, o Brasil, com um saldo já positivo, duplicou o crescimento do PIB e demonstrou o início efetivo do dito “milagre econômico”. Vale notar, também,

que entre 1973-74 houve um decréscimo de 4,2% entre os anos, o que marcou o começo do fim do milagre<sup>7</sup>, assim como as políticas ostensivas contra a população brasileira.

### 3.2 O “lado oculto” do “milagre econômico”

Embora existam indicadores macroeconômicos considerados “positivos” pelos defensores do regime ditatorial, é necessário que promovamos o escrutínio de outros dados para que o “lado oculto” do chamado “milagre econômico” venha à luz.

De acordo com Carlos Fico, as desigualdades socioeconômicas brasileiras no período tornaram-se ainda mais gritantes, visto que, enquanto “o país apresentava altas taxas de crescimento econômico e inflação sob controle, boa parte da população que trabalhava recebia menos que um salário mínimo” (FICO, 1998, p. 30-31). Ainda de acordo com o historiador, “o salário mínimo, controlado pelo governo, era cada vez mais reduzido. Entre 1964 e 1979 o valor real do salário mínimo caiu pelo menos 25% conforme denunciava o DIEESE” (FICO, 1998, p. 31). Tais números podem ser contrastados com maior acuidade conforme a tabela a seguir:

---

<sup>7</sup> De acordo com o historiador Eric Hobsbawm, “em meados da década de 1970, o mundo entrou no que se chamou de Segunda Guerra Fria [...]. Coincidiu com uma grande mudança na economia mundial, o período de crise a longo prazo que caracterizaria as duas décadas a partir de 1973, e que atingiu o clímax no início da década de 1980 [...]. Contudo, de início a mudança no clima econômico não foi muito notada pelos participantes do jogo das superpotências, a não ser por um súbito salto nos preços da energia provocado pelo bem-sucedido golpe do cartel de produtores de petróleo, a OPEP, um dos vários acontecimentos que pareceram sugerir um enfraquecimento no domínio internacional dos EUA. As duas superpotências estavam razoavelmente satisfeitas com a solidez de suas economias. Os EUA foram visivelmente menos afetados pela nova crise econômica que a Europa; a URSS — os deuses tornam primeiro complacentes aqueles a quem desejam destruir — achava que tudo ia a seu favor. Leonid Brejnev, sucessor de Kruschchev, que presidiu os vinte anos que os reformadores soviéticos chamariam de ‘era da estagnação’, parecia ter algum motivo de otimismo, no mínimo porque a crise do petróleo de 1973 acabara de quadruplicar o valor de mercado das gigantescas novas jazidas de petróleo e gás natural que haviam sido descobertas na URSS desde meados da década de 1960” (HOBSBAWM, 1995, p. 191-192).

**Figura 3 – Evolução do salário mínimo brasileiro, em cruzeiros (1959-76)**

ANO	SALÁRIO MÍNIMO REAL	ÍNDICE DE SALÁRIO REAL
JANEIRO DE 1959	1.735,29	100
JANEIRO DE 1960	1.204,03	69
JANEIRO DE 1961	1.475,00	85
JANEIRO DE 1962	1.406,38	81
JANEIRO DE 1963	1.304,35	75
JANEIRO DE 1964	724,14	42
JANEIRO DE 1965	840,00	48
JANEIRO DE 1966	849,42	49
JANEIRO DE 1967	744,02	43
JANEIRO DE 1968	737,88	43
JANEIRO DE 1969	732,62	42
JANEIRO DE 1970	724,91	42
JANEIRO DE 1971	723,90	42
JANEIRO DE 1972	690,96	40
JANEIRO DE 1973	681,37	39
JANEIRO DE 1974	623,63	36
JANEIRO DE 1975	600,35	35
JANEIRO DE 1976	590,49	34
MARÇO DE 1976	532,80	31

Fonte: DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Divulgação nº 1/76, 19 de abril de 1976, p. 10 *apud* ALVES, 1987, p. 114.

Como analisado na tabela anterior, “o bolo cresceu”, mas a pergunta é: para quem? A conclusão primordial desta nova tabela é que não foi para a classe trabalhadora, já que no período de 1967-68 o índice de salário real era de 43% quando em comparação ao salário do pré-golpe, isto é, o Brasil crescia a níveis astronômicos e o trabalhador não tinha qualquer acesso a essa riqueza gerada. Outro ponto importante deu-se em 1973-1974, com o decréscimo de 4,2% na evolução do PIB; o índice de salário real, no mesmo período, caiu 3%, ou seja, mesmo em períodos de franco crescimento econômico o índice pouco abaixava ou era estagnado. Contudo, em períodos de um crescimento mais fraco, o salário diminuía, o que demonstra a exploração do trabalhador pelo capital e pelo Estado brasileiro.

Ao lado da análise precedente, é possível destacar que a superexploração da massa trabalhadora apresentou novas dimensões acentuadas, visíveis nos cálculos para as compras das rações alimentares mínimas. Conforme Netto, o trabalhador que recebia apenas um salário mínimo

[...] deveria laborar, em 1967, 105 horas e 16 minutos; em 1968, 101 horas e 35 minutos; em 1969, 110 horas e 23 minutos; em 1970, 105 horas e 13 minutos; em 1971, 111 horas e 47 minutos; em 1972, 119 horas e 8 minutos;

em 1973, 147 horas e 4 minutos; em 1974, 163 horas e 32 minutos (NETTO, 2014, p. 155).

Outras dimensões atinentes às calamidades socioeconômicas do período foram publicadas, em 1975, pela chamada CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Menor: “[...] a comissão concluiu que o número de crianças vivendo sem as condições mínimas essenciais (numa situação definida como de pobreza absoluta) era de aproximadamente de 25 milhões” (ALVES, 1987, p. 152).

Tais números revelam, por sua vez, o descaso ditatorial com os investimentos em educação e saúde:

Veja-se o percentual do orçamento nacional alocado à educação: 1968, 7,74%; 1969, 8,69%; 1970, 7,33%; 1971, 6,78%; 1972, 5,52%; 1973, 5,12%; 1974, 4,95%; e aquele alocado à saúde: 1968, 2,71%; 1969, 2,59%; 1970, 1,79%; 1971, 1,53%; 1972, 1,24%; 1973, 1,09%; 1974, 0,99% (NETTO, 2014, p. 157).

Como é (falsamente) lembrado por entusiastas do período militar, o Brasil tinha uma ótima educação e segurança. Entretanto, Netto nos demonstra que o Estado ditatorial, entre os períodos de 1968-74, diminuiu 63,95% o orçamento para educação e 63,46% para saúde. Nesse mesmo período, houve um crescimento no PIB de 78,8% cumulativamente. Deste modo, é visível o total descaso por parte do Estado com a situação da classe trabalhadora, vulnerável à baixa remuneração, e sem acesso à saúde e à educação.

Apontamos, até aqui, alguns reverses do modelo econômico ditatorial “milagroso”, o que pode ser explicado por suas próprias contradições: “um dos problemas era a grande dependência brasileira dos investimentos estrangeiros. Se, por alguma razão, tais investimentos fossem interrompidos, o país entraria em crise” (FICO, 1998, p. 31) – o que, de fato, ocorreu com as crises petrolíferas dos anos 1970. Tais perspectivas são corroboradas por Napolitano, em análise sobre o decisivo ano de 1973: “a conjuntura de crise internacional, após o aumento de preços do petróleo quase no final deste ano, fez o governo, mais do que a sociedade, despertar da ilha de fantasia capitalista propiciada pelo milagre” (NAPOLITANO, 2019, p. 150).

Tais desajustes catalisaram o endividamento externo brasileiro vertiginosamente, visto que “a dívida externa, que era de 3,7 bilhões de dólares em 1968, ascendeu a 12,5 bilhões de dólares em 1973 – em outros números: se, em 1968, a dívida externa correspondia a 7% das reservas do país, em 1973 já chegava a 51%” (NETTO, 2014, p. 148). Não menos catastrófico, o crescimento da dívida

pública interna também foi expressivo: “saltou (em milhões de cruzeiros) de 5.881 em 1969 para 38.394 em 1973 – noutros números: em 1969, ela correspondia a 3,6% do PIB; em 1973, a 7,9%” (NETTO, 2014, p. 148).

As desigualdades preservadas e/ou estimuladas pelo regime ditatorial atingiram, também, a economia do campo – em especial, com a concentração fundiária:

[...] a propriedade da terra permaneceu em poucas mãos e, de fato, concentrou-se ainda mais. Os dados de 1975, cobrindo 5 milhões de estabelecimentos agropecuários, mostram que 50% deles possuíam apenas 2,5% da área recenseada, com 2,5 milhões de pequenos produtores em 8 milhões de hectares (com a média de 3 hectares para cada um), ao passo que 1% dos grandes estabelecimentos possuíam 45% da área total, com 50 mil propriedades açambarcando 150 milhões de hectares (com a média de quase 3 mil hectares cada uma). O índice de Gini de concentração da posse da terra, que em 1972 já era de 0,837, chegou, em 1976, a 0,849, um dos mais altos do mundo (NETTO, 2014, p. 150).

Embora os problemas fundiários brasileiros remontem ao período colonial-escravista, não podemos deixar de mencionar o papel crucial da ditadura civil-militar na conservação de um *status quo* agropecuário extremamente arcaísta e excludente.

Por fim, os dados até então mapeados podem, de certa forma, ser representados de forma mais concisa por meio da seguinte figura:

**Figura 4 – Concentração de renda no Brasil (1960-76)**

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	QUOTA DO PNB POR ANO		
	1960	1970	1976
Os 50% mais pobres	17,71%	14,91%	11,6%
Os 30% imediatamente acima	27,92%	22,85%	21,2%
Os 15% da camada média	26,60%	27,38%	28,0%
Os 5% mais ricos	27,69%	34,86%	39,0%

Fonte: Isto É, 9 de agosto de 1979, p. 65 *apud* ALVES, 1987, p. 149.

Ao analisarmos estes dados, a primeira informação que nos salta aos olhos é a perspectiva da manutenção do *status quo*, já que as camadas mais ricas (a grande burguesia) e a classe média (a pequena burguesia) mantiveram a alta participação no consumo socioeconômico, enquanto as classes mais pobres e trabalhadoras (o proletariado) foram marginalizadas de tal processo.

Desse modo, são visíveis os efeitos do milagre econômico: os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Isto é aferível conforme a seguinte perspectiva: em 1960 os 50% mais pobres da sociedade consumiam 17,71%, em contraponto aos 54,29% dos 20% mais ricos; já em 1976, os 50% mais pobres tinham um consumo de 11,6% e os 20% mais ricos de 67%. Ou seja, houve um decréscimo de 34,50% no consumo dos 50% mais pobres e um acréscimo de 23,41% no consumo dos 20% mais ricos. Por fim, o Brasil ficou mais desigual, mais pobre, menos educado e menos saudável ao fim do milagre.

Um questionamento válido pode ser entabulado para encerrar o presente capítulo: tais configurações econômicas, tão drasticamente desiguais, foram apenas “efeitos colaterais” do “milagre econômico”? Optamos por seguir as teses de Alves, segundo a qual:

O desenvolvimento não visa a imediata melhoria dos padrões de vida da maioria da população, nem objetiva o atendimento de suas necessidades básicas. Na realidade, [...] a doutrina da ESG aceita expressamente a necessidade de sacrificar a geração presente e mesmo sucessivas gerações como preço da rápida acumulação de capital. Antes de se preocupar com a distribuição, argumentavam os ‘produtivistas’, era necessário aumentar o tamanho do bolo. Para isso eram essenciais duas condições: um clima econômico que conquistasse a confiança dos investidores, especialmente os estrangeiros, e um quadro de estabilidade sociopolítica, algo entendido basicamente em termos de ausência de dissensão (ALVES, 1987, p. 147).

De tal modo, o apontamento de Maria Helena Moreira Alves nos leva a uma realidade torpe do que foi o dito “milagre”. O objetivo de manter o *status quo* foi um sucesso e, para tal, o sacrifício da classe trabalhadora era necessário. Não apenas no quesito trabalhista (concessão ou retirada de direitos), mas também na realidade social (já que não havia liberdade), na esfera econômica (já que não havia aumento ou reajuste de salários) e na arena política (já que não havia instituições plenas de defesa da classe trabalhadora).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda a pesquisa e as discussões trazidas ao longo do texto, consideramos como essencial o debate sistêmico sobre a relação entre economia e trabalho, visto que tais proposições se fazem presentes na vida de todos os brasileiros. O labor está diretamente ligado à macroeconomia.

Juntamente com os autores, desvelamos que durante parte do regime civil-militar brasileiro, a economia cresceu. De fato, houve um expressivo aumento no PIB, construções monstruosas de infraestrutura, fora todas as atividades governamentais propagandistas a favor do “milagre”.

Entretanto, verificou-se que houve exorbitantes custos por parte da classe trabalhadora para que o cenário supracitado fosse possível. Sem os sacrifícios forçados da classe trabalhadora, o milagre não seria possível, já que ao fim do período pesquisado a massiva maioria da classe proletária brasileira obteve menos acesso aos insumos básicos para uma vida digna, tais como saúde, educação e boa alimentação.

É vislumbrada pelo autor a continuação dessa pesquisa, visando compreender melhor a relação entre trabalho e economia de Estado e como as políticas públicas econômicas afetam a vida do trabalhador. Pensando nisso, o período delimitado para tal pesquisa seria a Era Vargas (1930-1945), buscando entender o começo dos direitos trabalhistas no Brasil.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12462>. Acesso em: 29 maio 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DELFIN NETTO, Antônio. A ordem é crescer, com o Estado e apesar dele. In: BORGES, Antônio Carlos (org.). **Inserindo o Brasil no mundo / Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio)**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. **Regimes políticos e planos de estabilização: os fracassos do PEM e do Plano Trienal e a solução “conservadora” do PAEG**. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/9153>. Acesso em: 29 maio 2023.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEITOZA, César. **Bolsonaristas culpam gerais por impedir um golpe, e Exército vê ataque covarde**. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/bolsonaristas-culpam-gerais-por-impedir-um-golpe-e-exercito-ve-ataque-covarde.shtml>. Acesso em: 20 out. 2023.

FICO, Carlos. **O regime militar no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Saraiva, 1998.

FICO, Carlos. **O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOULART, João. Discurso de Jango na Central do Brasil em 1964. 12 mar. 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>. Acesso em: 29 maio 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

MELO, Demian Bezerra de Melo (org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)**. dez. 1962. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/495>. Acesso em: 29 maio 2023.

TOLEDO, Caio Navarro de. **1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo**. Crítica Marxista: Rio de Janeiro, 2004. v. 19.